

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Deliberação dos Comitês PCJ nº 391/21, de 10/12/2021

Aprova plano de trabalho e proposta orçamentária anual da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – exercício 2022 e dá outras providências.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, criado e instalado segundo a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1), denominados Comitês PCJ, no uso de suas atribuições legais, em sua 26ª Reunião Ordinária, no âmbito de suas respectivas competências:

Considerando que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) por meio da Resolução CNRH nº 218, de 02 de dezembro de 2020, aprovou a prorrogação da indicação da Fundação Agência das Bacias PCJ como entidade delegatária das funções de Agência de Água nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí até 31 de dezembro de 2035; sendo firmado Contrato de Gestão da Fundação Agência das Bacias PCJ com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA);

Considerando os termos da Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 151/12, de 04/09/2012, referendada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 158/12, de 14/12/2012, que ratificaram o Termo de Transferência das funções de Secretaria Executiva do CBH-PCJ, do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) para a Fundação Agência das Bacias PCJ;

Considerando que o inciso VI, do art. 22, do Decreto (SP) nº 50.667, de 30/03/2006, prevê que, para transferências de até 10% (dez por cento) do valor arrecadado com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, para despesas de custeio e pessoal, deve ser aprovado, pelo respectivo CBH, um plano anual de aplicação;

Considerando que o Conselho Deliberativo da Fundação Agência das Bacias PCJ, reunido em 29/10/2021, no Museu da Água, em Piracicaba/SP, aprovou o plano de trabalho e a proposta orçamentária da entidade para o exercício de 2022;

Considerando que o assunto foi apreciado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ durante a sua 83ª Reunião Ordinária, realizada no em 12/11/2021, por videoconferência;

Deliberam:

Art. 1º Ficam aprovados o Plano de Trabalho 2022 e a Proposta Orçamentária do Custeio Administrativo 2022, com salários e encargos dos dirigentes e demais funcionários, da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Agência das Bacias PCJ), para o exercício de 2022, que seguem anexos a esta Deliberação.

Parágrafo único. Para a consecução do plano mencionado no *caput* deste artigo, fica estabelecido o percentual de 10% (dez por cento), incidentes sobre o total que for arrecadado com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, no período de 01/01/2022 a 31/12/2022, para repasse à Agência das Bacias PCJ, conforme estabelecido no inciso VI, do art. 22, do Decreto (SP) nº 50.667, de 30/03/2006.

Art. 2º Ficam aprovados repasses de recursos financeiros da sub-conta FEHIDRO, do CBH-PCJ, provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, arrecadados no período de 01/01/2022 a 31/12/2022, para cobertura de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



custos operacionais do agente financeiro da cobrança, decorrentes do contrato com a Desenvolve SP, dos agentes técnicos do FEHIDRO e demais despesas decorrentes.

Art. 3. Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

(assinado digitalmente)
SIDNEY JOSÉ DA ROSA
Presidente do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)
LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA
Presidente do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)
DAMIÃO APARECIDO DO COUTO
Secretário-executivo do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)
ANDRÉ LUIZ SANCHEZ NAVARRO
Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL

Publicada no DOE em 11/12/2021.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



ANEXO I - Deliberação dos Comitês PCJ nº 391/21, de 10/12/2021

PLANO DE TRABALHO 2022

DIRETORIA

Novas atividades

Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	JUSTIFICATIVA
01	Coordenação da revisão do PAP PCJ 2021-2025	Tendo em vista a liberação dos recursos financeiros dos exercícios 2019 e 2020, referentes aos pagamentos da transposição do Sistema Cantareira, os quais estavam depositados em juízo, torna-se necessário realizar a revisão das ações a serem contratadas a partir do PAP-PCJ 2021-2025.
02	Implementação do Programa de Financiamento Reembolsável dos recursos da Cobrança Federal	A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico normatizou o funcionamento do financiamento com retorno de projetos contemplados com recursos da Cobrança Federal. Portanto, cabe aos Comitês PCJ a elaboração de um programa específico para as Bacias PCJ.
03	Implementação do gerenciamento de riscos dos projetos contratados pela Agência das Bacias PCJ	Torna-se necessário desenvolver competência para o gerenciamento de riscos permitindo a identificação e o tratamento dos riscos mais críticos capazes de comprometer o alcance dos objetivos dos projetos, contribuindo para a melhoria do nível de execução dos programas do PAP PCJ.
04	Coordenação do Projeto de Gestão Arquivística dos documentos da Agência das Bacias PCJ	Torna-se necessário a avaliação e tratamento dos documentos físicos e digitais produzidos pela Agência das Bacias PCJ no período de 2009 a 2020, bem como, a estruturação do arquivo central da entidade.

Atividades em andamento

Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	JUSTIFICATIVA
01	Coordenação do Plano de Ação Planejamento Estratégico 2020-2023	Após a elaboração do Planejamento Estratégico 2020-23 da Agência das Bacias PCJ foi validado o Plano de Ação para implantação das ações previstas no Planejamento Estratégico. Portanto, cabe à Diretoria acompanhar trimestralmente as atividades que estão sendo realizadas para atendimento do Planejamento Estratégico.
02	Coordenação do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC	A Agência das Bacias PCJ aderiu ao SIC do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Portanto, é necessário acompanhar e atender as demandas de informações solicitadas pelos cidadãos e complementar o processo de transparência pública da entidade.
03	Coordenação dos Planos de Trabalhos das Coordenações e Assessorias	Cabe a Diretoria realizar trimestralmente o acompanhamento das ações já realizadas e cronograma das próximas ações de todas as Coordenações e Assessorias.
04	Coordenação de atendimentos aos órgãos de controle externo	Atendimento das solicitações de órgãos de controles externos, tais como: Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) e Auditoria ANA.
05	Coordenação da certificação da Norma ISO9001 na Agência das Bacias PCJ	A Agência das Bacias PCJ iniciou o processo de obtenção da certificação da Norma ISO 9001:2015, atendendo aos requisitos exigidos, restando a realização presencial da auditoria de certificação.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



06	Coordenação do Acordo de Cooperação Técnica entre Agência PCJ e Agência SMT	Troca de informações e fortalecimento das entidades para aprimoramento de procedimentos operacionais. A ação também pode ser considerada um desdobramento do Plano de Ações Coletivas e Solidárias dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Bacia do Rio Tietê.
07	Acordo de Cooperação Internacional com a Agevap e Agência de Água LoireBretagne	Fortalecimento das relações entre Agências de Bacias nacionais e internacionais, visando aprimoramento das ações e compartilhamento de experiências em gestão de recursos hídricos.
08	Planejamento e elaboração de projeto para construção da nova sede da Agência das Bacias PCJ	Será realizado projeto e início da construção da sede da Agência das Bacias PCJ a partir de 2021. A tramitação de doação do terreno ainda está no âmbito do Cartório.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Novas atividades

Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	JUSTIFICATIVA
01	Acompanhamento da execução de Plano de Comunicação dos Comitês PCJ e da Agência das Bacias PCJ.	Fortalecimento da comunicação entre a sociedade civil, Comitês PCJ e Agência das Bacias PCJ.
02	Elaboração de ações de comunicação social para a Bacia do Tietê.	Trata-se de item presente no Plano de Ações coletivas e Solidárias dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Bacia do Rio Tietê.
03	Realização de processos formativos e campanhas educativas sobre a realidade das Bacias PCJ.	Educação ambiental para ações vinculadas aos planos de Recursos Hídricos.

Atividades em andamento

Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	JUSTIFICATIVA
01	Campanha Dia Mundial da Água	Divulgação das ações institucionais da Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ.
02	Campanha Dia Mundial do Meio Ambiente	
03	Campanha de novembro (Aniversário da Agência das Bacias PCJ e do CBH-PCJ)	
04	Campanha de Estiagem	
05	Campanha Publicitária Institucional	
06	Campanha Gestão do Cantareira	
07	Campanha sobre a cobrança	
08	Campanha sobre abertura de editais	
09	Campanha divulgação de Projetos Concluídos	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



10	Gerenciamento e Reestruturação das Redes Sociais	
11	Gerenciamento do novo site da Agência PCJ	
12	Produção da Newsletter dos Comitês PCJ e Agência das Bacias PCJ	
13	Projeto Realidade Virtual	Trata-se de atendimento ao projeto da Câmara Técnica de Educação Ambiental.
14	Produção Folders/Cartilhas/Livros/Revistas etc.	Prestação de contas para a sociedade e envio de informações aos usuários.
15	Produção de releases	Divulgação dos trabalhos realizados pela Agência PCJ e Comitês PCJ.
16	Elaboração do clipping	

COORDENAÇÃO DE APOIO AO SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Novas atividades

Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	JUSTIFICATIVA
01	Atividades da Secretaria Executiva junto as secretarias das Câmaras Técnicas.	Suporte da equipe da Secretaria Executiva para apoio operacional junto as Câmaras Técnicas.
02	Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ.	Acompanhamento das Ações do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ.

Atividades em andamento

Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	JUSTIFICATIVA
01	Acompanhamento das ações de capacitação e cursos de especialização oferecidos pelos Comitês PCJ.	Capacitação de membros dos Comitês PCJ em gerenciamento de recursos hídricos.
02	Logística e suporte às reuniões plenárias dos Comitês PCJ.	Apoio em infraestrutura e fornecimento de coffee break às reuniões plenárias dos Comitês PCJ.
03	Suporte cerimonial das reuniões plenárias dos Comitês PCJ, eventos no âmbito das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e outras instâncias de atuação dos Comitês PCJ.	Assessoria relativa a cerimonial, recepção, protocolo e assistência de palco para reuniões plenárias dos Comitês PCJ, eventos no âmbito das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e outras instâncias de atuação dos Comitês PCJ.
04	Acompanhamento das participações de membros dos Comitês PCJ em eventos externos	Deliberações dos Comitês PCJ nº 282/2017 e 304/18, que se referem ao pagamento de despesas de membros dos Comitês PCJ em reuniões.
05	Manutenção contínua do site dos Comitês PCJ	Manutenção da estrutura do site dos Comitês PCJ
06	Suporte para transmissão de reuniões.	Suporte para as transmissões das reuniões das Câmaras Técnicas e Plenárias dos Comitês PCJ.
07	Gerenciamento de informações técnicas e administrativas no âmbito dos Comitês PCJ	Suporte ao funcionamento dos Comitês PCJ.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



08	Relatório de atividades dos Comitês PCJ	Elaboração do relatório de atividades dos Comitês PCJ para subsídio ao Relatório do Contrato de Gestão, ao Relatório de Situação da CRHI/Procomitês e atendimento à Resolução do CNRH
09	Acompanhamento do Plano de Ação conjunta da Bacia do Rio Tietê	Necessidade de motivar e ampliar as ações conjuntas dos Comitês visando fortalecer a gestão na Bacia do Rio Tietê.
10	Processo eleitoral dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL)	Renovação dos membros dos plenários dos Comitês PCJ para o mandato 2021-2023.
11	Acompanhamento do Procomitês	Promover o aprimoramento, desenvolvimento e consolidação dos Comitês.
12	Orçamento das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ	Acompanhar e informar os valores para a realização das atividades no âmbito das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ.

COORDENAÇÃO DE PROJETOS

Novas atividades

Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	JUSTIFICATIVA
01	Projeto Executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário no município de Toledo - MG	As ações constam no PAP PCJ 2021-2025 para atendimento das demandas dos Comitês PCJ.
02	Cadastro, caracterização e modelagem de cargas industriais	
03	Estudo de Benchmarking para perdas no sistema de abastecimento público	
04	Contratação, gerenciamento e controle da execução físico-financeira dos empreendimentos de demanda espontânea - Cobrança PCJ Federal Acompanhamento – exercício 2021 - Financiamento Reembolsável	
05	Realizar os procedimentos estabelecidos para as áreas de restrição e controle já identificadas nas Bacias PCJ e avaliar a existência de novas áreas	
06	Desenvolvimento de banco de dados de poços e suporte à decisão	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Atividades em andamento

Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	JUSTIFICATIVA
01	Elaboração do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Jundiá	As ações constam no PAP PCJ 2021-2025 para atendimento das demandas dos Comitês PCJ.
02	Elaboração de Estudos de Alternativas e Concepção para o Sistema de Coleta, Afastamento e Tratamento de Esgoto do município de Toledo/MG	
03	Elaboração de Projeto Executivo do Barramento no Ribeirão Campestre, no município de Camanducaia-MG	
04	Elaboração do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Capivari	
05	Prestação de serviços especializados para apoio às atividades de gestão e de fiscalização dos usos e interferências em recursos hídricos nas Bacias PCJ	
06	Contratação de Empresa de Engenharia para Implantação da Ferramenta Giswater no Sistema de Abastecimento de Água do Município de Capivari-SP	
07	Elaboração da Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município Camanducaia/MG	
08	Acompanhamento dos empreendimentos financiados com recursos da Cobrança PCJ Federal, Cobrança PCJ Paulista e CFURH.	Acompanhar a efetiva execução dos empreendimentos indicados.
09	Acompanhamento dos empreendimentos financiados com recursos da Cobrança PCJ Federal em execução contratados em 2020 (PDC 04 + P.M. Analândia)	

COORDENAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES

Novas atividades

Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	JUSTIFICATIVA
01	Apoiar a manutenção da rede automática de qualidade (CETESB)	Criticidade do balanço hídrico das Bacias PCJ (necessidade de aprimorar a integração quali-quantitativa)
02	Apoiar operações do DAEE (Sala de Situação PCJ)	Criticidade do balanço hídrico das Bacias PCJ (necessidade de aprimorar a integração quali-quantitativa)
03	Estudos técnicos para avaliação da qualidade da água bruta em rios das Bacias PCJ, mediante análises toxicológicas, físico-químicas e microbiológicas	Desenvolver as ações da Política de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



04	Acompanhar Estudo para Reuso de Efluentes Domésticos para Fins Industriais nos Municípios de Sumaré, Paulínia e Campinas, pertencentes às Bacias do PCJ (Desenvolvido por IFC/BRK/Advisian)	Necessidade de promover a racionalização no uso da água no meio industrial
05	Discussão sobre hidrômetros em propriedades rurais	Necessidade de promover a racionalização no uso da água no meio rural
06	Apoiar operações da CETESB (Webservice INFOÁGUAS)	Criticidade do balanço hídrico das Bacias PCJ (necessidade de aprimorar a integração quali-quantitativa)
07	Discussões iniciais sobre implementação do Plano de Monitoramento de Águas Subterrâneas	Criticidade do balanço hídrico das Bacias PCJ (necessidade de impulsionar e integrar o monitoramento de águas subterrâneas)

Atividades em andamento

Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	JUSTIFICATIVA
01	Gerenciar o SSD PCJ	Necessidade de subsidiar as ações de disseminação de informações, planejamento e gestão nas Bacias PCJ
02	Apoiar Previsão Hidrometeorológica	Criticidade do balanço hídrico das Bacias PCJ (necessidade de subsídios para operação do Sistema Cantareira)
03	Apoiar a manutenção da rede automática de quantidade (DAEE)	Criticidade do balanço hídrico das Bacias PCJ (necessidade de reconhecimento da situação e acompanhamento de operações)
04	Apoiar operações da CETESB (Pessoal INFOÁGUAS)	Criticidade do balanço hídrico das Bacias PCJ (necessidade de aprimorar a integração quali-quantitativa)
05	Subsidiar o Planejamento dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ	Competência da Agência das Bacias PCJ, conforme previsto nas políticas de recursos hídricos
06	Promover e acompanhar parcerias para desenvolvimento dos Instrumentos de Gestão	Necessidade de desenvolvimento contínuo do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos e adaptação à mudança do clima
07	Elaborar o Relatório de Situação	Atividade de competência da Agência das Bacias PCJ, conforme previsto nas políticas de recursos hídricos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



COORDENAÇÃO DE GESTÃO

Novas atividades

Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	JUSTIFICATIVA
01	Elaboração do Relatório de Institucional 2022 - método GRI com revisão da materialidade (impresso e web/site)	Desenvolvimento do relatório por meio do método GRI, que visa identificar os impactos das operações da organização sobre o meio ambiente, economia e sociedade civil. Este relatório faz parte do programa denominado “Sustentabilidade Corporativa”. Visa a prestação de contas em especial o anexo II da Resolução ANA 15/2019 em conjunto com a comissão de acompanhamento.
02	Revista Gestão das Bacias PCJ 2021 ano base 2021 (web/site)	Visando atender o anexo I (Termos de Referência) do Novo Contrato de Gestão ANA, a entidade delegatária tem a obrigação de divulgar a situação da gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ.

Atividades em andamento

Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	JUSTIFICATIVA
01	Elaboração Relatório de Institucional 2021 - método GRI com atualização da plataforma web	Visa a prestação de contas em especial o anexo II da Resolução ANA 15/2019 em conjunto com a comissão de acompanhamento.
02	Prestação de contas sobre o Contrato de Gestão nº 033/ANA/2020 – Exercício 2021	Apresentação do Relatório sobre a Execução do Contrato de Gestão ANA – Exercício 2021.
03	Sustentabilidade Corporativa – A3P + Pacto Global + ODS	Desenvolver procedimentos corporativos e nas bacias PCJ que promova sustentabilidade de forma integrada e por meio das ações desenvolvidas através de: A3P + Princípios do pacto global + ODS.
04	Gerenciamento do cumprimento dos INDICADORES e das METAS do ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO e do ANEXO I RESPONSABILIDADES / TERMO DE REFERÊNCIA do CONTRATO DE GESTÃO ANA exercício 2022.	Acompanhar o desenvolvimento das responsabilidades (anexo I) e dos indicadores/metas (anexo II) do Contrato de Gestão ANA, para prestação de contas
05	Elaboração Relatório sobre a execução do Contrato de Gestão ANA – Exercício 2022	Cumprir metas do Contrato de Gestão da ANA
06	Consulta, acompanhamento e gerenciamento, com avaliação de conteúdo, de normativas dos órgãos dos Sistemas Nacional e Estaduais Paulista e Mineiro de Recursos Hídricos	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



07	Acompanhamento, orientação e MANUTENÇÃO DE PORTAL PARA ACOMPANHAMENTO VIA WEB DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS - portal web (4A Contrato Gestão nº 003/2011/ANA)	Atualização das informações para visualização no portal da transparência para atendimento ao ANEXO I - TR do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA
----	---	---

ASSESSORIA AMBIENTAL

Novas atividades

Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	JUSTIFICATIVA
01	Contratação PIPs - Municípios Classificados no Edital da Política de Mananciais PCJ 2021 - COBRANÇA FEDERAL: Rio Claro, Cordeirópolis, Santa Gertrudes e Ipeúna.	Deliberação AD REFERENDUM dos Comitês PCJ nº 354/21
02	Elaboração de diagnóstico ambiental com projeto executivo de adequação ambiental por meio de Projetos Integrals de Propriedade - PIPs - Rio Claro, Cordeirópolis, Santa Gertrudes e Ipeúna	Atendimento à Deliberação dos Comitês PCJ
03	Contratação de diagnóstico ambiental com projeto executivo de adequação ambiental por meio de Projetos Integrals de Propriedade - PIPs - Edital Fluxo Contínuo 2022-2025 - Cobrança PCJ Federal	Atendimento à Deliberação dos Comitês PCJ - Edital Política de Mananciais 2022 Cobrança PCJ Federal
04	Contratação de projetos/programas de Pagamento por Serviços Ambientais - Edital PSA 2022 - Cobranças PCJ	
05	Contratação de intervenções previstas em Projetos Integrals de Propriedade - PIPs - Edital Programa I - 2022 - Cobrança PCJ Paulista / Cobranças PCJ	

Atividades em andamento

Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	JUSTIFICATIVA
01	Projetos Integrals de Propriedade - PIPs (Bacia Tabajara - Limeira/SP)	Piloto Política de Mananciais PCJ.
02	Projetos Integrals de Propriedade - PIPs (Bacia Calegaro - Charqueada/SP, Bacia Camanducaia - Jaguariúna/SP) - Execução Direta e Bacia Sertório - Artur Nogueira/SP).	Edital Política de Mananciais 2019.
03	Execução monitoramento reflorestamento - Projeto Nascentes Analândia	Suporte à manutenção das atividades inerentes à etapa inicial de execução das intervenções de reflorestamento nas áreas pertencentes ao Projeto, nos dois primeiros anos.
04	Execução Charqueada - Cercamento e Reflorestamento (Parceria SOS e Adoção via Banco de Áreas PCJ)	Piloto Política de Mananciais PCJ
05	Execução Salto - Cercamento e Reflorestamento (Adoção via Banco de Áreas PCJ)	
06	Acompanhamento Técnico Contratos PSA Limeira - Incentivo Econômico (0539134-21 / 2020), PSA Piracaia - Incentivo Econômico (0540724-89 / 2020), PSA Jaguariúna - UCE-Unidade	Editais Política de Mananciais 2018 e 2019.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



	Coordenadora de Execução (0540775-00 / 2020), PSA Jundiá – UCE-Unidade Coordenadora de Execução + Incentivo Econômico (0540726-07 / 2020), PSA Piracicaba – Restauração (0539120-61 / 2020)	
07	Contratação capacitação para elaboração de Planos Diretores Municipais de Proteção dos biomas Mata Atlântica e Cerrado	Programa IV Política de Mananciais PCJ - PAP-PCJ 2017-2020.
08	Contratação de Planos Diretores Municipais de Proteção dos biomas Mata Atlântica e Cerrado - PMMA/Cerrado	Programa IV Política de Mananciais PCJ - Municípios Prioritários
09	Elaboração de Edital da Política de Mananciais PCJ - Exercício 2023	Implementação da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ - Programa I e II
10	Acompanhamento das Unidades Gestoras dos Projetos - UGPs.	As demandas de acompanhamento das UGPs são necessárias considerando que este tipo de estrutura representa um dos instrumentos da Política de Mananciais. A demanda pelo referido acompanhamento relaciona-se às seguintes Unidades: UGP-Analândia; UGP Charqueada/São Pedro; UGP Jaguariúna; UGP-Jundiá; UGP-Limeira; UGP-Holambra (inativa momentaneamente); UGP Artur Nogueira; UGP Salto; UGP Piracaia, UGP Piracicaba e UGP Camanducaia.
11	Acompanhamento das Reuniões do GT-Mananciais, GT-Áreas Protegidas e GT-Indicadores.	Execução das ações relacionadas à área de atuação da Assessoria Ambiental, conforme instrumentos e programas da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais PCJ.
12	Acompanhamento do Termo de Cooperação Técnica Fundação Florestal.	Cooperação técnica visando subsidiar a contratação e a análise dos produtos relacionados ao diagnóstico ambiental (PIPs), para que seja possível à Fundação Florestal, o cumprimento da meta de no mínimo 200 h, estabelecida em TAC.
13	Acompanhamento UGP Rio Corumbataí.	Proposta conjunta de revitalização da sub-bacia do Rio Corumbataí, no que tange à metodologia proposta pela Política de Mananciais PCJ, via Banco de Áreas PCJ.
14	Acompanhamento Termo de Cooperação Técnica SOS Mata Atlântica.	Promoção da implementação de intervenções de restauração visando contemplar as áreas de mananciais prioritárias, no território das Bacias PCJ, conforme Política de Mananciais PCJ e seu Banco de Áreas PCJ, bem como, Projetos Florestas do Futuro TCRA e Voluntário.
15	Gestão do Banco de Áreas PCJ.	Gestão das solicitações via formulário (StoryMap) para que seja possível a aproximação entre atores interessados em adotar e disponibilizar áreas para cumprimento de restauração (Civitas), com a coleta, análise, gerenciamento e tomada de decisão sobre dados e informações relacionados para espacialização via aplicação do Portal SIG Agência PCJ, com atualização periódica. Acompanhamento dos cronogramas e prazos de execução das ações pelos adotantes, junto às UGPs.
16	Gestão do Banco de Projetos PCJ	Após a seleção de empreendimentos do PDC 4, via Editais específicos da Política de Mananciais PCJ, os dados gerais das iniciativas (vide modelo de dados da APP), bem como o status de execução e fontes financeiras relacionadas, são especializados via aplicação do Portal SIG Agência PCJ, com atualização periódica.
17	Acompanhamento do Grupo de Trabalho GT-SAA PCJ	Acompanhamento das atividades do Grupo de Trabalho GT-SAA PCJ, no âmbito do Protocolo de Intenções firmado entre Agência das Bacias PCJ e Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



18	Acompanhamento Termo de Cooperação Técnica PUC Campinas.	Fornecimento de dados e informações visando a elaboração de indicadores e métodos de monitoramento no contexto da Política de Mananciais PCJ.
19	Acompanhamento Termo de Cooperação Técnica TNC.	Desenvolvimento de ações conjuntas visando à promoção da recuperação, conservação e proteção de mananciais no contexto da Política de Mananciais PCJ.

COORDENAÇÃO FINANCEIRA

Atividades a serem desenvolvidas

Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	JUSTIFICATIVA
01	Manutenção evolutiva do Sistema de cobrança SCPCJ.	Após a finalização do contrato para o desenvolvimento do sistema de cobrança, a Coordenação Financeira necessita de um contrato de manutenção evolutiva para dar continuidade às novas funcionalidades no sistema.
02	Desenvolvimento do módulo Contas a Receber (financeiro cobrança)	Desenvolvimento do módulo de Contas a Receber (financeiro) no ERP Microsoft Dynamics, o qual será responsável pelo gerenciamento dos boletos de cobrança, tratativas envolvendo negociações de débitos com os usuários inadimplentes, dentre outras funcionalidades.
03	Proposição ao Comitê de Novos Valores a Serem Cobrados - Etapa 2 de 2	Atendimento à Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ Nº 365/2021, de 05/03/2021)
04	Operacionalização da cobrança estadual paulista, envolvendo cadastro de usuários pagadores, cálculo da cobrança, registro de dados para emissão dos lotes de cobrança, acompanhamento e controle da inadimplência	As rotinas da cobrança estadual paulista devem estar bem definidas e organizadas a fim de que os objetivos de boa gestão dos recursos financeiros, gestão dos usuários e controle da inadimplência sejam alcançados.
05	Inserir usuários inadimplentes no CADIN estadual	A inadimplência dos usuários da cobrança fez com que a Agência concentrasse os esforços na diminuição desses índices, por meio de campanhas de negociação de débitos diretamente com o usuário e com a inclusão no CADIN Estadual.
06	Inserir usuários inadimplentes na Dívida Ativa do Estado de São Paulo	A inadimplência dos usuários da Cobrança fez com que a Agência concentrasse os esforços na diminuição desses índices, por meio de campanhas de negociação de débitos diretamente com o usuário e com a inicialização do processo para inclusão no CADIN. Com o advento dessa ferramenta os índices caíram, entretanto, existem ainda usuários inadimplentes. Dessa forma, há a necessidade de inclusão desses usuários na Dívida Ativa do Estado de São Paulo.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



07	Procedimentos para envio ao DAEE de usuários aptos para suspensão e/ou revogação de outorga de direito de usos	Envio de usuários inadimplentes ao DAEE para suspensão e/ou revogação da outorga em cumprimento ao disposto na Portaria DAEE nº 4906/2019.
08	Campanha de fiscalização de usuários inadimplentes com valores significativos e/ou em longo período de inadimplência	A campanha de fiscalização prioriza usuários que estão inadimplentes por um longo período e que, mesmo com todos os esforços, não foi possível o contato para negociação dos débitos. A campanha é realizada pelo DAEE a pedido da Agência PCJ, a qual encaminha lista por meio de ofício dos usuários a serem fiscalizados.
09	Gerenciamento dos recursos oriundos da Cobrança Federal, da Cobrança Estadual Paulista e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e eventuais fontes externas de recursos	Necessário o gerenciamento dos recursos a fim de que sejam aplicados de forma coerente e viável, conforme demandado nas legislações pertinentes.
10	Elaboração do Plano Anual de Aplicação dos recursos de investimento e custeio do fundo FEHIDRO - Exercício 2022.	Plano Anual de Aplicação dos recursos de Investimento e Custeio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO com os recursos da Cobrança pelo Uso da Água nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Cobrança PCJ Paulista – exercício 2022.

ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Atividades a serem desenvolvidas

Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	JUSTIFICATIVA
01	Acompanhamento Licenças Office 365, Project, SharePoint e Microsoft Dynamics	Para informatização dos processos operacionais foram realizados estudos para implementação de sistemas, conforme plano de implantação do redesenho. Foram avaliados os sistemas existentes no intuito de implementar ERP que atenda às necessidades e integre cada área da Agência das Bacias PCJ.
02	Implantação da Política de Segurança de Tecnologia da Informação e do Plano Estratégico de TI	Considerando o aumento da quantidade de equipamentos de informática, decorrente das novas contratações de colaboradores da Agência das Bacias PCJ, é necessário definir uma Política de Segurança de Tecnologia da Informação que visa garantir a integridade das informações geradas pela Agência das Bacias PCJ. Além disso, trata-se de uma boa prática de TI recomendada pela Agência Nacional de Águas (ANA).
03	Continuidade da implementação de ERP – Microsoft Dynamics	Para informatização dos processos operacionais foram realizados estudos para implementação de sistemas, conforme plano de implantação do redesenho. Foram avaliados os sistemas existentes no intuito de implementar ERP que atenda às necessidades e integre cada área da Agência das Bacias PCJ.
04	Acompanhamento ArcGis, Civitas e atividades de geoprocessamento	Torna-se necessário identificar e consolidar as diretrizes para o uso da Tecnologia da Informação na Agência das Bacias PCJ.
05	Acompanhamento de fornecimento de solução para sistematização dos fluxos de processos para o levantamento de Unidades de Investimentos e Serviços Ambientais – LUISA - fase II,	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



	completando os serviços de instalação, configuração, suporte e capacitação	
06	Acompanhamento de atividades de estudo, desenvolvimento e apoio operacional para atender as necessidades do Sistema de Suporte de Decisão PCJ e da Coordenação de Sistemas de Informação	
07	Backup dos serviços que ainda estão hospedados fisicamente na agência (FGA e Access da cobrança)	

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Atividades a serem desenvolvidas

Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	JUSTIFICATIVA
01	Execução de ações de prestação de contas aos órgãos competentes	Cabe a realização de procedimentos administrativos para elaboração e acompanhamento de prestação de contas ao TCE-SP, ANA, FEHIDRO, Ministério Público do Estado de São Paulo, Auditoria Independente, Conselhos Deliberativo e Fiscal e Comitês PCJ.
02	Realização de licitações para contratação de bens e serviços	Em atendimento às demandas das Coordenações, é necessário realizar o planejamento e a execução dos processos licitatórios respeitando as exigências da Lei Federal nº 8666/93, Lei Federal nº 10520/02 e Resolução ANA nº 122/2019.
03	Realização de licitações sustentáveis	Com a implementação do Projeto A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública), torna-se necessária a realização de licitações considerando a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras.
04	Gerenciamento de rotinas administrativas, de pessoal e patrimonial	Em atendimento às demandas das Coordenações, é necessário gerenciar manutenção e conservação de bens patrimoniais, bem como, conferência e fechamento de folha de pagamento e demais rotinas administrativas.
05	Implementação de novas práticas de Gestão Patrimonial	Trata-se de atendimento da Portaria nº 15/19 da ANA e Resolução nº 57/18 da ANA.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2022

RECEITAS

FONTE	1T / 2022	2T / 2022	3T / 2022	4T / 2022	TOTAL	%
FEDERAL						
1) Cobrança recursos hídricos	R\$ 7.038.469,74	R\$ 7.038.469,74	R\$ 7.038.469,74	R\$ 7.038.469,74	R\$ 28.153.878,95	82,33%
(-) Estimativa inadimplência (5%)	R\$ 351.923,49	R\$ 351.923,49	R\$ 351.923,49	R\$ 351.923,49	R\$ 1.407.693,95	4,12%
(-) Pagamento em juízo Sabesp Sistema Cantareira	R\$ 259.483,50	R\$ 259.483,50	R\$ 259.483,50	R\$ 259.483,50	R\$ 1.037.934,00	3,04%
(=) Total 1	R\$ 6.427.062,75	R\$ 6.427.062,75	R\$ 6.427.062,75	R\$ 6.427.062,75	R\$ 25.708.251,00	75,18%
2) Rendimentos aplicação financeira	R\$ 375.000,00	R\$ 375.000,00	R\$ 375.000,00	R\$ 375.000,00	R\$ 1.500.000,00	4,39%
(=) Total 2	R\$ 375.000,00	R\$ 375.000,00	R\$ 375.000,00	R\$ 375.000,00	R\$ 1.500.000,00	4,39%
Total (1+2)	R\$ 6.802.062,75	R\$ 6.802.062,75	R\$ 6.802.062,75	R\$ 6.802.062,75	R\$ 27.208.251,00	79,56%
ESTADUAL PAULISTA						
4) Cobrança recursos hídricos 2022 (10% custeio)	R\$ 512.818,57	R\$ 512.818,57	R\$ 512.818,57	R\$ 512.818,57	R\$ 2.051.274,27	6,00%
(+) Pagamento débitos exercícios anteriores (10% custeio)	R\$ 19.001,60	R\$ 19.001,60	R\$ 19.001,60	R\$ 19.001,60	R\$ 76.006,40	0,22%
(-) Estimativa inadimplência (5%)	R\$ 26.591,01	R\$ 26.591,01	R\$ 26.591,01	R\$ 26.591,01	R\$ 106.364,03	0,31%
(=) Total 4	R\$ 505.229,16	R\$ 505.229,16	R\$ 505.229,16	R\$ 505.229,16	R\$ 2.020.916,64	5,91%
5) Cobrança recursos hídricos 2022 (investimento - tomador Agência PCJ)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 554.367,61	R\$ 554.367,61	1,62%
(=) Total 5	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 554.367,61	R\$ 554.367,61	R\$ 0,02
6) Recursos provenientes do fundo patrimonial	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 4.000.000,00	11,70%
(+) Rendimentos aplicação financeira - Fundo Patrimonial	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 100.000,00	0,29%
(=) Total 6	R\$ 525.000,00	R\$ 525.000,00	R\$ 1.525.000,00	R\$ 1.525.000,00	R\$ 4.100.000,00	11,99%
7) FEHIDRO (Sec. Executiva) - Recursos provenientes de exercícios anteriores	R\$ 35.936,07	R\$ 35.936,07	R\$ 35.936,07	R\$ 35.936,07	R\$ 143.744,27	0,42%
(=) Total 7	R\$ 35.936,07	R\$ 35.936,07	R\$ 35.936,07	R\$ 35.936,07	R\$ 143.744,27	0,42%
Total (4+5+6+7)	R\$ 1.066.165,23	R\$ 1.066.165,23	R\$ 2.066.165,23	R\$ 2.620.532,84	R\$ 6.819.028,52	19,94%
OUTRAS FONTES						
8) Projeto ED Digital	R\$ 36.704,19	R\$ 36.704,19	R\$ 36.704,19	R\$ 36.704,19	R\$ 146.816,77	0,43%
(=) Total 8	R\$ 36.704,19	R\$ 36.704,19	R\$ 36.704,19	R\$ 36.704,19	R\$ 146.816,77	0,43%
9) Projeto Ecocuenas	R\$ 0,00	R\$ 22.459,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.459,94	0,07%
(=) Total 9	R\$ 0,00	R\$ 22.459,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.459,94	0,07%
Total (8+9)	R\$ 36.704,19	R\$ 59.164,13	R\$ 36.704,19	R\$ 36.704,19	R\$ 169.276,71	0,50%
CONSOLIDADO						
Total (Federal + Estadual Paulista + Outras fontes)	R\$ 7.904.932,17	R\$ 7.927.392,11	R\$ 8.904.932,17	R\$ 9.459.299,78	R\$ 34.196.556,23	100,00%

Notas:

- 1) Considerou-se 10% incidentes sobre o total a ser arrecadado com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo.
- 2) Para as cobranças estadual paulista e federal, considerou-se a estimativa de usos dos recursos hídricos com base no exercício 2021, bem como as condições estabelecidas na nova outorga da Sabesp, referente ao Sistema Cantareira.
- 3) Para a cobrança federal, considerou-se atualização de 8,0% a partir do Informe ANA CACG N° 9/2021.
- 4) As estimativas de inadimplência para as cobranças PCJ foram realizadas com base na média dos índices de inadimplência dos últimos 4 anos.
- 5) A estimativa para arrecadação com a recuperação de débitos levou em consideração os resultados alcançados com a implantação do Cadin, da Dívida Ativa e da suspensão/revogação da outorga para a cobrança estadual paulista.
- 6) Considerou-se que, no exercício 2022, a Sabesp (transposição do Sistema Cantareira) continuará realizando o pagamento em juízo da cobrança federal, referente a parcela denominada "controversa", tendo em vista a discordância com a base de cálculo adotada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



- 7) Os rendimentos de aplicação financeira têm como base a rentabilidade do fundo de renda fixa e da caderneta de poupança, bem como os saldos atualizados das respectivas contas e as movimentações a serem realizadas em 2022.
- 8) Os recursos financeiros do Projeto ED Digital são provenientes da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico a partir do 2º termo aditivo do Contrato de Gestão nº 003/2011 celebrado no exercício de 2017.
- 9) Os recursos financeiros do Projeto Ecocuencas referem-se a última parcela do repasse a ser realizado pelo Escritório Internacional da Água e União Europeia, conforme Acordo de Consórcio celebrado no exercício de 2015.
- 10) Os recursos financeiros do Fundo Patrimonial, composto pelos superávits da cobrança paulista de exercícios anteriores, serão utilizados para a elaboração do projeto e construção da sede da Agência das Bacias PCJ.
- 11) A Agência das Bacias PCJ será tomadora de recursos de investimentos da Cobrança Estadual Paulista junto ao FEHIDRO. Portanto, estima-se a liberação de recursos financeiros para execução do empreendimento "Estudos técnicos para avaliação da qualidade da água bruta em rios das Bacias PCJ, mediante análises toxicológicas, físico-químicas e microbiológicas".

DESPESA FEDERAL 7,5% RECURSOS COBRANÇA E 7,5% RENDIMENTO APLICAÇÃO FINANCEIRA – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

DESPESAS	1T / 2022	2T / 2022	3T / 2022	4T / 2022	TOTAL	%
DESPESAS COM PESSOAL	R\$ 382.884,78	R\$ 382.884,78	R\$ 382.884,78	R\$ 382.884,78	R\$ 1.531.539,10	75,05%
Salários e ordenados de empregados	R\$ 271.017,67	R\$ 271.017,67	R\$ 271.017,67	R\$ 271.017,67	R\$ 1.084.070,68	53,12%
13º Salário	R\$ 24.637,97	R\$ 24.637,97	R\$ 24.637,97	R\$ 24.637,97	R\$ 98.551,89	4,83%
Férias e Abono de Férias	R\$ 32.850,63	R\$ 32.850,63	R\$ 32.850,63	R\$ 32.850,63	R\$ 131.402,52	6,44%
Treinamento e cursos a empregados	R\$ 6.776,51	R\$ 6.776,51	R\$ 6.776,51	R\$ 6.776,51	R\$ 27.106,02	1,33%
Creche e auxílio-creche	R\$ 852,00	R\$ 852,00	R\$ 852,00	R\$ 852,00	R\$ 3.408,00	0,17%
Estagiários	R\$ 46.750,00	R\$ 46.750,00	R\$ 46.750,00	R\$ 46.750,00	R\$ 187.000,00	9,16%
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	R\$ 119.309,49	R\$ 119.409,49	R\$ 123.284,59	R\$ 127.183,66	R\$ 489.187,24	23,97%
Aluguéis e IPTU	R\$ 11.075,00	R\$ 11.175,00	R\$ 15.050,10	R\$ 18.949,17	R\$ 56.249,27	2,76%
Bens imobilizados	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00	R\$ 30.000,00	1,47%
Bens não imobilizados	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 5.000,00	0,25%
Combustível	R\$ 3.406,59	R\$ 3.406,59	R\$ 3.406,59	R\$ 3.406,59	R\$ 13.626,36	0,67%
Conservação e manutenção de imóveis de terceiros	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 10.000,00	0,49%
Conservação, higiene e limpeza	R\$ 17.500,00	R\$ 17.500,00	R\$ 17.500,00	R\$ 17.500,00	R\$ 70.000,00	3,43%
Copa, cozinha e refeitório	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 5.000,00	0,25%
Cópias e reproduções	R\$ 125,00	R\$ 125,00	R\$ 125,00	R\$ 125,00	R\$ 500,00	0,02%
Despesas com cartório	R\$ 258,57	R\$ 258,57	R\$ 258,57	R\$ 258,57	R\$ 1.034,28	0,05%
Despesas com manutenção de equipamentos	R\$ 750,00	R\$ 750,00	R\$ 750,00	R\$ 750,00	R\$ 3.000,00	0,15%
Despesas de viagens internacionais	R\$ 3.750,00	R\$ 3.750,00	R\$ 3.750,00	R\$ 3.750,00	R\$ 15.000,00	0,74%
Despesas de viagens nacionais	R\$ 12.500,00	R\$ 12.500,00	R\$ 12.500,00	R\$ 12.500,00	R\$ 50.000,00	2,45%
Locação de equipamentos	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 5.000,00	0,25%
Locação de instalações externas	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00	0,10%
Locação de veículos	R\$ 12.500,00	R\$ 12.500,00	R\$ 12.500,00	R\$ 12.500,00	R\$ 50.000,00	2,45%
Material de consumo, expediente e escritório	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 5.000,00	0,25%
Material de consumo de informática	R\$ 3.194,33	R\$ 3.194,33	R\$ 3.194,33	R\$ 3.194,33	R\$ 12.777,34	0,63%
Material gráfico	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 5.000,00	0,25%
Organização de reuniões e eventos	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 10.000,00	0,49%
Publicações em jornais e diários oficiais	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 20.000,00	0,98%
Serviços técnicos especializados - Jurídico (meio ambiente e recursos hídricos)	R\$ 8.750,00	R\$ 8.750,00	R\$ 8.750,00	R\$ 8.750,00	R\$ 35.000,00	1,72%
Serviços técnicos especializados - Gestão da Qualidade	R\$ 8.750,00	R\$ 8.750,00	R\$ 8.750,00	R\$ 8.750,00	R\$ 35.000,00	1,72%
Serviços técnicos especializados - Gestão Patrimonial	R\$ 8.750,00	R\$ 8.750,00	R\$ 8.750,00	R\$ 8.750,00	R\$ 35.000,00	1,72%
Transporte de pessoal e em geral	R\$ 3.750,00	R\$ 3.750,00	R\$ 3.750,00	R\$ 3.750,00	R\$ 15.000,00	0,74%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	R\$ 4.973,12	R\$ 4.973,12	R\$ 4.973,12	R\$ 4.973,12	R\$ 19.892,48	0,97%
IOF	R\$ 1.115,02	R\$ 1.115,02	R\$ 1.115,02	R\$ 1.115,02	R\$ 4.460,07	0,22%
Imposto de Renda	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 12.000,00	0,59%
IPVA / DPVAT/ Taxa de licenciamento	R\$ 858,10	R\$ 858,10	R\$ 858,10	R\$ 858,10	R\$ 3.432,41	0,17%
CONSOLIDADO						
TOTAL	R\$ 507.167,39	R\$ 507.267,39	R\$ 511.142,49	R\$ 515.041,56	R\$ 2.040.618,83	100,00%

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



RECURSOS PARA INVESTIMENTO FEDERAL

92,5% RECURSOS COBRANÇA E 92,5% RENDIMENTO APLICAÇÃO FINANCEIRA

DESPESAS	1T / 2022	2T / 2022	3T / 2022	4T / 2022	TOTAL	%
1) EMPREENDIMENTOS (TOMADORES) - SANEAMENTO	R\$ 205.763,15	R\$ 562.330,62	R\$ 516.115,32	R\$ 152.386,48	R\$ 69.970,33	0,28%
Contratos 2017	R\$ 69.970,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 69.970,33	0,28%
2) EMPREENDIMENTOS (TOMADORES) - POLÍTICA DE MANANCIAIS	R\$ 67.896,41	R\$ 281.165,31	R\$ 258.057,66	R\$ 76.193,24	R\$ 683.312,62	2,72%
Contratos 2020	R\$ 67.896,41	R\$ 281.165,31	R\$ 258.057,66	R\$ 76.193,24	R\$ 683.312,62	2,72%
3) PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL 2017-2020	R\$ 27.479,36	R\$ 278.097,70	R\$ 0,00	R\$ 170.699,16	R\$ 476.276,22	1,89%
Recuperação da qualidade dos corpos d'água	R\$ 0,00	R\$ 184.922,35	R\$ 0,00	R\$ 170.699,16	R\$ 355.621,51	1,41%
Macro drenagem e desassoreamento	R\$ 0,00	R\$ 93.175,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 93.175,35	0,37%
Programa de recuperação da qualidade águas das bacias dos rios Camanducaia e Jaguari	R\$ 27.479,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 27.479,36	0,11%
4) PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL 2021-2025	R\$ 3.560.255,90	R\$ 5.576.175,05	R\$ 7.510.753,12	R\$ 7.290.888,94	R\$ 23.938.073,01	95,11%
Planos de Recursos Hídricos (PRH)	R\$ 147.191,00	R\$ 147.191,00	R\$ 147.191,00	R\$ 147.191,00	R\$ 588.764,00	2,34%
Sistema de informações sobre recursos hídricos	R\$ 378.772,02	R\$ 378.772,02	R\$ 378.772,02	R\$ 378.772,02	R\$ 1.515.088,08	6,02%
Cobrança pelo uso dos recursos hídricos	R\$ 387.397,81	R\$ 477.397,81	R\$ 477.397,81	R\$ 387.397,81	R\$ 1.729.591,25	6,87%
Fiscalização dos usos de recursos hídricos	R\$ 114.429,37	R\$ 343.288,11	R\$ 343.288,11	R\$ 343.288,11	R\$ 1.144.293,70	4,55%
Monitoramento Hidrometeorológico	R\$ 787.898,55	R\$ 987.898,55	R\$ 1.127.898,55	R\$ 1.302.277,22	R\$ 4.205.972,87	16,71%
Comunicação, mobilização social, educação e capacitação técnica	R\$ 297.843,43	R\$ 481.607,37	R\$ 682.262,56	R\$ 555.262,54	R\$ 2.016.975,90	8,01%
Recuperação da qualidade da água	R\$ 337.120,36	R\$ 411.033,00	R\$ 1.677.917,62	R\$ 812.536,78	R\$ 3.238.607,76	12,87%
Gestão da demanda	R\$ 0,00	R\$ 11.403,28	R\$ 108.912,80	R\$ 212.007,60	R\$ 332.323,68	1,32%
Proteção e conservação dos recursos hídricos	R\$ 432.112,23	R\$ 1.476.892,78	R\$ 1.566.119,09	R\$ 1.294.700,82	R\$ 4.769.824,92	18,95%
Ações finalísticas do comitê de bacia hidrográfica	R\$ 677.491,13	R\$ 860.691,13	R\$ 1.000.993,55	R\$ 1.857.455,03	R\$ 4.396.630,85	17,47%
CONSOLIDADO						
TOTAL	R\$ 3.861.394,82	R\$ 6.697.768,68	R\$ 8.284.926,10	R\$ 7.690.167,82	R\$ 25.167.632,18	100,00%

DESPESAS ESTADUAL PAULISTA

10% RECURSOS COBRANÇA E FUNDO PATRIMONIAL

DESPESAS	1T / 2022	2T / 2022	3T / 2022	4T / 2022	TOTAL	%
DESPESAS COM PESSOAL	R\$ 343.709,30	R\$ 343.709,30	R\$ 343.709,30	R\$ 343.709,30	R\$ 1.374.837,21	22,46%
Salários e ordenados de empregados	R\$ 94.024,65	R\$ 94.024,65	R\$ 94.024,65	R\$ 94.024,65	R\$ 376.098,58	6,14%
13º Salário	R\$ 8.547,70	R\$ 8.547,70	R\$ 8.547,70	R\$ 8.547,70	R\$ 34.190,78	0,56%
Férias e Abono de Férias	R\$ 11.396,93	R\$ 11.396,93	R\$ 11.396,93	R\$ 11.396,93	R\$ 45.587,71	0,74%
Treinamento e cursos a empregados	R\$ 750,00	R\$ 750,00	R\$ 750,00	R\$ 750,00	R\$ 3.000,00	0,05%
Vale alimentação	R\$ 27.720,00	R\$ 27.720,00	R\$ 27.720,00	R\$ 27.720,00	R\$ 110.880,00	1,81%
Saúde, assistência médica e odontologia	R\$ 36.434,29	R\$ 36.434,29	R\$ 36.434,29	R\$ 36.434,29	R\$ 145.737,14	2,38%
Seguro de Vida	R\$ 700,94	R\$ 700,94	R\$ 700,94	R\$ 700,94	R\$ 2.803,74	0,05%
Programa de Saúde Ocupacional	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 5.000,00	0,08%
Vale transporte	R\$ 145,07	R\$ 145,07	R\$ 145,07	R\$ 145,07	R\$ 580,28	0,01%
Estagiários	R\$ 4.333,50	R\$ 4.333,50	R\$ 4.333,50	R\$ 4.333,50	R\$ 17.334,00	0,28%
Encargos sociais e trabalhistas	R\$ 158.406,24	R\$ 158.406,24	R\$ 158.406,24	R\$ 158.406,24	R\$ 633.624,97	10,35%
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	R\$ 136.774,53	R\$ 139.156,25	R\$ 136.337,88	R\$ 132.438,81	R\$ 544.707,46	8,90%
Aluguéis e IPTU	R\$ 25.698,88	R\$ 28.080,60	R\$ 25.262,23	R\$ 21.363,16	R\$ 100.404,88	1,64%
Assinaturas de Jornais e Revistas	R\$ 374,88	R\$ 374,88	R\$ 374,88	R\$ 374,88	R\$ 1.499,50	0,02%
Bens não imobilizados	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00	0,02%
Combustível	R\$ 485,03	R\$ 485,03	R\$ 485,03	R\$ 485,03	R\$ 1.940,11	0,03%
Conservação e manutenção imóveis terceiros	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 5.000,00	0,08%
Conservação, higiene e limpeza	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00	0,02%
Copa e cozinha, refeitório	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00	0,03%
Cópias e reproduções	R\$ 125,00	R\$ 125,00	R\$ 125,00	R\$ 125,00	R\$ 500,00	0,01%
Despesas com cartório	R\$ 394,73	R\$ 394,73	R\$ 394,73	R\$ 394,73	R\$ 1.578,92	0,03%
Despesas com condomínio	R\$ 20.493,20	R\$ 20.493,20	R\$ 20.493,20	R\$ 20.493,20	R\$ 81.972,79	1,34%
Despesas com internet	R\$ 1.030,61	R\$ 1.030,61	R\$ 1.030,61	R\$ 1.030,61	R\$ 4.122,44	0,07%
Despesas com manutenção de equipamentos	R\$ 387,45	R\$ 387,45	R\$ 387,45	R\$ 387,45	R\$ 1.549,80	0,03%

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Despesas com veículos	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00	0,03%
Despesas de viagens nacionais	R\$ 1.750,00	R\$ 1.750,00	R\$ 1.750,00	R\$ 1.750,00	R\$ 7.000,00	0,11%
Energia elétrica	R\$ 10.553,99	R\$ 10.553,99	R\$ 10.553,99	R\$ 10.553,99	R\$ 42.215,95	0,69%
Locação de equipamentos	R\$ 4.250,00	R\$ 4.250,00	R\$ 4.250,00	R\$ 4.250,00	R\$ 17.000,00	0,28%
Locações de instalações externas	R\$ 1.949,37	R\$ 1.949,37	R\$ 1.949,37	R\$ 1.949,37	R\$ 7.797,48	0,13%
Material de consumo / expediente / escritório	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00	0,03%
Material de consumo de informática	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00	0,03%
Material gráfico	R\$ 75,92	R\$ 75,92	R\$ 75,92	R\$ 75,92	R\$ 303,70	0,00%
Organização de reuniões e eventos	R\$ 559,75	R\$ 559,75	R\$ 559,75	R\$ 559,75	R\$ 2.239,01	0,04%
Publicações em jornais e Diários Oficiais	R\$ 11.589,81	R\$ 11.589,81	R\$ 11.589,81	R\$ 11.589,81	R\$ 46.359,23	0,76%
Seguro de veículos	R\$ 1.726,70	R\$ 1.726,70	R\$ 1.726,70	R\$ 1.726,70	R\$ 6.906,81	0,11%
Seguro empresarial	R\$ 1.031,09	R\$ 1.031,09	R\$ 1.031,09	R\$ 1.031,09	R\$ 4.124,37	0,07%
Serviços técnicos especializados - Contabilidade	R\$ 16.200,00	R\$ 16.200,00	R\$ 16.200,00	R\$ 16.200,00	R\$ 64.800,00	1,06%
Serviços técnicos especializados - Jurídico (administrativo, civil e trabalhista)	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 68.000,00	1,11%
Serviços técnicos especializados - Auditoria	R\$ 8.750,00	R\$ 8.750,00	R\$ 8.750,00	R\$ 8.750,00	R\$ 35.000,00	0,57%
Telefone, fax e outras comunicações	R\$ 8.058,13	R\$ 8.058,13	R\$ 8.058,13	R\$ 8.058,13	R\$ 32.232,51	0,53%
Transporte de pessoal e em geral	R\$ 540,00	R\$ 540,00	R\$ 540,00	R\$ 540,00	R\$ 2.160,00	0,04%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	R\$ 11.592,99	R\$ 11.592,99	R\$ 11.592,99	R\$ 11.592,99	R\$ 46.371,97	0,76%
Imposto de Renda sobre Aplicação Financeira	R\$ 11.592,99	R\$ 11.592,99	R\$ 11.592,99	R\$ 11.592,99	R\$ 46.371,97	0,76%
DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 13.750,00	R\$ 13.750,00	R\$ 13.750,00	R\$ 13.750,00	R\$ 55.000,00	0,90%
Despesas bancárias	R\$ 13.750,00	R\$ 13.750,00	R\$ 13.750,00	R\$ 13.750,00	R\$ 55.000,00	0,90%
TOTAL CUSTEIO ADMINISTRATIVO	R\$ 505.826,82	R\$ 508.208,55	R\$ 505.390,17	R\$ 501.491,10	R\$ 2.020.916,65	33,02%
FUNDO PATRIMONIAL	R\$ 525.000,00	R\$ 525.000,00	R\$ 1.525.000,00	R\$ 1.525.000,00	R\$ 4.100.000,00	66,98%
Planejamento e elaboração de projeto para construção da nova sede	R\$ 525.000,00	R\$ 525.000,00	R\$ 1.525.000,00	R\$ 1.525.000,00	R\$ 4.100.000,00	66,98%
CONSOLIDADO						
TOTAL	R\$ 1.030.826,82	R\$ 1.033.208,55	R\$ 2.030.390,17	R\$ 2.026.491,10	R\$ 6.120.916,65	100,00%

RECURSOS PARA INVESTIMENTO COBRANÇA PAULISTA (TOMADOR AGÊNCIA PCJ)

DESPESAS	1T / 2022	2T / 2022	3T / 2022	4T / 2022	TOTAL	%
1) EMPREENDIMENTOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 554.367,61	R\$ 554.367,61	100,00%
PDC 1 - Bases Técnicas em Recursos Hídricos - SUB-PDC 1.4 Monitoramento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 554.367,61	R\$ 554.367,61	100,00%
CONSOLIDADO						
TOTAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 554.367,61	R\$ 554.367,61	100,00%

FEHIDRO - ROYALTIES / COMPENSAÇÃO FINANCEIRA (SECRETARIA EXECUTIVA)

DESPESAS	1T / 2022	2T / 2022	3T / 2022	4T / 2022	TOTAL	%
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	R\$ 33.988,53	R\$ 33.988,53	R\$ 33.988,53	R\$ 33.988,53	R\$ 135.954,14	94,58%
Conservação, higiene e limpeza	R\$ 1.673,69	R\$ 1.673,69	R\$ 1.673,69	R\$ 1.673,69	R\$ 6.694,75	4,66%
Copa e cozinha, refeitório	R\$ 1.875,00	R\$ 1.875,00	R\$ 1.875,00	R\$ 1.875,00	R\$ 7.500,00	5,22%
Cópias e reproduções	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 10.000,00	6,96%
Despesas postais, malotes	R\$ 750,00	R\$ 750,00	R\$ 750,00	R\$ 750,00	R\$ 3.000,00	2,09%
Divulgação institucional	R\$ 1.922,40	R\$ 1.922,40	R\$ 1.922,40	R\$ 1.922,40	R\$ 7.689,60	5,35%
Locações de equipamentos	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 10.000,00	6,96%
Locações de instalações externas	R\$ 1.080,00	R\$ 1.080,00	R\$ 1.080,00	R\$ 1.080,00	R\$ 4.320,00	3,01%
Material de consumo / expediente / escritório	R\$ 1.359,98	R\$ 1.359,98	R\$ 1.359,98	R\$ 1.359,98	R\$ 5.439,91	3,78%
Material de consumo de informática	R\$ 327,47	R\$ 327,47	R\$ 327,47	R\$ 327,47	R\$ 1.309,89	0,91%
Material gráfico	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 10.000,00	6,96%
Organização de reuniões e eventos	R\$ 8.750,00	R\$ 8.750,00	R\$ 8.750,00	R\$ 8.750,00	R\$ 35.000,00	24,35%
Publicações em jornais e DOU	R\$ 8.750,00	R\$ 8.750,00	R\$ 8.750,00	R\$ 8.750,00	R\$ 35.000,00	24,35%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	R\$ 1.734,35	R\$ 1.734,35	R\$ 1.734,35	R\$ 1.734,35	R\$ 6.937,38	4,83%
Imposto de Renda sobre Aplicação Financeira	R\$ 1.734,35	R\$ 1.734,35	R\$ 1.734,35	R\$ 1.734,35	R\$ 6.937,38	4,83%
DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 213,19	R\$ 213,19	R\$ 213,19	R\$ 213,19	R\$ 852,76	0,59%
Despesas bancárias	R\$ 213,19	R\$ 213,19	R\$ 213,19	R\$ 213,19	R\$ 852,76	0,59%
CONSOLIDADO						
TOTAL	R\$ 35.936,07	R\$ 35.936,07	R\$ 35.936,07	R\$ 35.936,07	R\$ 143.744,27	100,00%

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Notas:

- 1) Para as despesas de custeio (serviços, gerais, administrativas e financeiras) pagas com recursos das cobranças PCJ e recursos FEHIDRO, foram considerados os gastos médios realizados em anos anteriores, bem como a atualização dos valores contratuais em 4% com base na projeção do IPCA para o exercício de 2022.
- 2) Para os valores gastos com Estagiários levou-se em consideração o pagamento de R\$ 1.100,00 para estudantes de 1º e 2º ano e R\$ 1.300,00 para estudantes dos demais anos, bem como R\$ 150,00 mensais de auxílio transporte, independentemente da área de formação.
- 3) Para os desembolsos com investimento da cobrança federal, considerou-se a previsão de cronograma físico-financeiro dos empreendimentos de demanda espontânea (projetos de saneamento e política de mananciais), bem como a previsão de pagamentos de contratos celebrados pela Agência das Bacias PCJ no Plano de Aplicação Plurianual.
- 4) Para os desembolsos com o Fundo Patrimonial estimou-se os valores a serem gastos com o projeto e construção da sede da Agência das Bacias PCJ.
- 5) Para os desembolsos com os projetos Ed Digital e Ecocuenças considerou-se os desembolsos para conclusão dos contratos em andamento.
- 6) Para os desembolsos com recursos de investimentos da Cobrança Estadual Paulista considerou-se a execução do projeto “Estudos técnicos para avaliação da qualidade da água bruta em rios das Bacias PCJ, mediante análises toxicológicas, físico-químicas e microbiológicas”, o qual a Agência da Bacias PCJ será tomadora de recursos junto ao FEHIDRO.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



PROPOSTA DE CARGOS E SALÁRIOS DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

CARGO	SALÁRIO BASE	QUANTIDADE	CUSTO TOTAL	%
Diretor-Presidente	R\$ 18.244,34	1	R\$ 330.344,10	13,74%
Diretor Administrativo e Financeiro	R\$ 14.189,83	1	R\$ 256.930,57	10,69%
Diretor Técnico	R\$ 14.189,83	1	R\$ 256.930,57	10,69%
Subtotal 1	R\$ 46.624,00	3	R\$ 844.205,25	35,12%
Coordenador Administrativo	R\$ 9.102,74	1	R\$ 164.820,34	6,86%
Coordenador de Projetos	R\$ 9.102,74	1	R\$ 164.820,34	6,86%
Coordenador de Sistemas de Informações	R\$ 9.102,74	1	R\$ 164.820,34	6,86%
Coordenador de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos	R\$ 9.102,74	1	R\$ 164.820,34	6,86%
Coordenador de Gestão	R\$ 9.102,74	1	R\$ 164.820,34	6,86%
Coordenador Financeiro	R\$ 9.102,74	1	R\$ 164.820,34	6,86%
Subtotal 2	R\$ 54.616,46	6	R\$ 988.922,02	41,14%
Analista Técnico	R\$ 7.309,24	1	R\$ 132.345,91	5,51%
Analista de Informática	R\$ 7.309,24	1	R\$ 132.345,82	5,51%
Subtotal 3	R\$ 14.618,48	2	R\$ 264.691,74	11,01%
Assessor de Comunicação	R\$ 6.882,55	1	R\$ 124.620,05	5,18%
Subtotal 4	R\$ 6.882,55	1	R\$ 124.620,05	5,18%
Analista Administrativo	R\$ 4.209,42	1	R\$ 76.218,56	3,17%
Subtotal 5	R\$ 4.209,42	1	R\$ 76.218,56	3,17%
Auxiliar Técnico	R\$ 2.895,88	1	R\$ 52.434,77	2,18%
Auxiliar Administrativo	R\$ 2.895,88	1	R\$ 52.434,73	2,18%
Subtotal 6	R\$ 5.791,76	2	R\$ 104.869,51	4,36%
TOTAL	R\$ 132.742,67	15	R\$ 2.403.527,12	100,00%

Notas:

- 1) Considerou-se para o quadro "Proposta de Cargos e Salários" os valores dos salários brutos, acrescidos de férias e décimo terceiro salário, além das despesas com INSS, PIS e FGTS. Para o quadro "Resumo" foram acrescidos além desses valores, os gastos com vale alimentação, vale transporte, assistência médica, seguro de vida, programa de saúde ocupacional, treinamentos e cursos a empregados e estagiários.
- 2) Considerou-se os gastos anuais com 15 funcionários.
- 3) Considerou-se estimativa de reajuste de 4,0%, conforme Convenção Coletiva de Trabalho do SEAAC Americana e Região.
- 4) Para a projeção de encargos sociais e trabalhistas, incluíram-se Contribuição à Previdência Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e PIS.
- 5) Considerou-se auxílio alimentação de R\$ 28,00 por dia trabalhado, conforme Convenção Coletiva de Trabalho do SEAAC Americana e Região.
- 6) Considerou-se reajuste de 8% no Plano de Assistência Médica, bem como os valores gastos atualmente com titulares e dependentes.
- 7) O valor do reembolso creche é estimado em R\$ 284,00/mês/filho, conforme condições estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho do SEAAC Americana e Região.
- 8) Realizou-se cotação para a estimativa dos gastos com seguro de vida em grupo, conforme condições estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho do SEAAC Americana e Região.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



RESUMO

FONTE DE RECURSO	TOTAL	%
RECEITAS		
1) Cobrança Estadual Paulista Custeio	R\$ 2.020.916,64	5,91%
2) Fundo Patrimonial	R\$ 4.100.000,00	11,99%
3) FEHIDRO – Secretaria Executiva dos Comitês PCJ	R\$ 143.744,29	0,42%
4) Cobrança Estadual Paulista 2022 (investimento - tomador Agência PCJ)	R\$ 554.367,61	1,62%
5) Cobrança Federal	R\$ 27.208.251,00	79,56%
6) Projeto ED Digital	R\$ 146.816,77	0,43%
7) Projeto Ecocuecas	R\$ 22.459,94	0,07%
(=) Total	R\$ 34.196.556,25	100,00%
DESPESAS		
Despesas com pessoal	R\$ 2.906.376,31	8,50%
Salários, 13º salário, férias e encargos sociais e trabalhistas	R\$ 2.403.527,12	7,03%
Vale alimentação, assistência médica, vale transporte, auxílio creche e seguro de vida	R\$ 263.409,17	0,77%
Treinamento e cursos a empregados	R\$ 30.106,02	0,09%
Programa de saúde ocupacional	R\$ 5.000,00	0,01%
Estagiários	R\$ 204.334,00	0,60%
Despesas gerais e administrativas	R\$ 1.033.894,71	3,02%
Impostos, taxas e contribuições	R\$ 66.264,45	0,19%
Despesas financeiras	R\$ 55.000,00	0,16%
FEHIDRO - Secretaria Executiva Comitês PCJ	R\$ 143.744,27	0,42%
Investimento Federal	R\$ 25.167.632,18	73,60%
Investimento Estadual	R\$ 554.367,61	1,62%
Planejamento e elaboração de projeto para construção da nova sede	R\$ 4.100.000,00	11,99%
Projeto ED Digital	R\$ 146.816,77	0,43%
Projeto Ecocuecas	R\$ 22.459,95	0,07%
(=) Total	R\$ 34.196.556,25	100,00%

IVENS DE OLIVEIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

PATRÍCIA GOBET DE AGUIAR BARUFALDI
DIRETORA TÉCNICA

SERGIO RAZERA
DIRETOR PRESIDENTE